

## ***ADUR: AUTONOMIA E LUTA***

### **Programa para a gestão 2005-2007**

A chapa ***ADUR: Autonomia e Luta*** vem concorrer à Diretoria da ADUR-RJ S. Sind, para o biênio 2005/2007, reafirmando os pressupostos históricos de combate político do Movimento Docente em nossa Universidade e do Sindicato Nacional (ANDES-SN). Com ponderação e acreditando em nossos sonhos, reafirmamos as bandeiras construídas ao longo de tantas lutas e alegrias nestes últimos 25 anos de ADUR-RJ.

Logo, nossa chapa, ***ADUR: Autonomia e Luta***, assegura as propostas que foram construídas com a participação dos filiados da ADUR-RJ, em defesa de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade, assim como por melhores condições de trabalho de nossa categoria. Na defesa destes princípios, acreditamos na importância de se participar ativamente dos Congressos e Conselhos do ANDES-SN, assim como, tomar parte de outros compromissos nacionais. Do mesmo modo, avaliamos a necessidade de participação nos Órgãos Colegiados Superiores, visando manter a interlocução com a Administração Central da UFRRJ, **por meio de uma ação sindical autônoma em relação aos marcos institucionais desta Universidade. Acreditamos também no diálogo entre os três segmentos da UFRRJ – ADUR, SINTUR e DCE – como condição para melhores resultados de nossa luta política.**

Além de reconhecer o seu compromisso com as questões políticas, a chapa ***ADUR: Autonomia e Luta*** reafirma o desejo de intensificar a atuação das lutas jurídicas e dos convênios em andamento, garantindo a manutenção dos direitos docentes. A chapa ***ADUR: Autonomia e Luta*** também se propõe a aprimorar a estrutura física da sede e a estimular a participação dos associados em atividades sociais e culturais na ADUR-RJ. Esperamos que o associado sinta-se à vontade na sede de nossa Associação Docente, sendo esta um espaço de lutas, mas também de vivência e troca de experiências.

#### **A ADUR-RJ E O TRABALHO DOCENTE NA UFRRJ:**

A concepção sindical do ANDES-SN – representante legítimo da categoria docente no cenário nacional – é marcada fortemente pelo seu caráter autônomo e democrático. **Autonomia em relação aos partidos políticos, religiões ou órgãos governamentais de qualquer natureza, incluindo as administrações universitárias. Democrático pela sua organização interna, e seus mecanismos de deliberação, pela sua ação e respeito às deliberações de sua base, ou seja, de todo o conjunto de seus filiados.**

A chapa ***ADUR: Autonomia e Luta*** reafirma estes princípios, que irão nortear a sua atuação política nos próximos dois anos, por meio da ampla e contínua participação no Conselho de Representantes (docentes eleitos por Institutos) e na Assembléia Geral. Além disto, pretende também dar continuidade e reforçar o funcionamento dos Grupos de Trabalho existentes em nossa entidade. Estes grupos têm um importante papel no estudo e aprofundamento de políticas e encaminhamentos, dando mais segurança às nossas deliberações.

Nosso sindicato, além de nascer com a preocupação das questões trabalhistas e da nossa força de trabalho, também defende, com veemência, o funcionamento das instituições públicas.

Nos últimos 20 anos, uma Proposta para a Universidade Brasileira (Caderno 2) foi discutida e construída nos Congressos do ANDES-SN. A base do Sindicato Nacional, do qual a ADUR-RJ faz parte, advoga pela manutenção e ampliação do ensino público e gratuito, autonomia e funcionamento democrático com base em colegiados e cargos de direção eletivas, estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, dotação de recursos públicos orçamentários suficientes, criação de condições para a adequação da Universidade à realidade brasileira e garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.

### **O GOVERNO É NOVO, MAS AS POLITICAS SÃO VELHAS CONHECIDAS – A LUTA CONTINUA.**

A situação mundial contemporânea caracteriza-se pela investida do imperialismo e do FMI (Fundô Monetário Internacional) em destruir direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores brasileiros. Em nada estes ataques se diferem das políticas adotadas em outros países, nos quais as responsabilidades do Estado com saúde e educação, por exemplo, estão cada vez mais relegadas ao segundo plano. A escalada dessa política agressiva do capital estabelece, hoje, o campo de embates das lutas dos trabalhadores de todo o mundo.

Esta agressão traduz a crise do próprio capitalismo que, levada ao extremo da exploração sem limites, tenta superar as contradições criadas por ele mesmo, gerando sucessivos mecanismos de controle estrutural, de flexibilização e de desregulamentação de direitos para a dominação direta com o mínimo de mediação do Estado para a garantia dos direitos trabalhistas, permitindo, dessa forma, assegurar e aprofundar a hegemonia do capital internacional.

As potências mundiais não hesitam em lançar mão de ações que ignoram leis e organismos internacionais, estabelecendo roteiros de reorganização da ordem, que apresentam como inovações para justificarem as suas intervenções militares e/ ou econômicas em todos os continentes. No Americano, a proposta de criação da ALCA, o estabelecimento do NAFTA e as instalações de bases militares americanas buscam impor o controle e a dominação dos Estados Unidos a todos os países das Américas. O tom dessa política, no Brasil, vem sendo dado por meio das ações de governos servis à lógica da Globalização.

É evidente a influência do neoliberalismo na política brasileira. O Governo Lula se revelou igual a todos os seus antecessores, principalmente durante os últimos escândalos políticos. O passado de esquerda, que outrora poderia deixar os investidores intranqüilos, foi relegado pelo atual presidente e sua equipe econômica. Mais do que qualquer outro governo, Lula demonstrou, na prática, a sua crença no mercado.

Embora o Acordo de 2002 exigisse um superávit primário de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), Lula o ampliou para 4,25%, cortando, adicionalmente, R\$ 15 bilhões no Orçamento Federal de 2003. Tal expansão do superávit piorou, em tempo recorde, as políticas sociais do Estado, apesar das propagandas triunfalistas do governo na mídia, procurando direcionar o senso comum contra a classe trabalhadora. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, no auge dos ataques especulativos no período eleitoral,

elevou a taxa de juros a 24,5%. Lula o superou: em seu governo, a taxa de juros chegou a 26,55%. O presidente FHC manteve o Banco Central (BC) atrelado ao setor financeiro, mas o governo Lula foi ainda mais longe, afirmando que elevaria a autonomia do BC a preceito constitucional.

Durante a gestão do presidente Lula, as reformas da Previdência, Tributária, Trabalhista, Sindical e a Universitária, assim como a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA), transformaram-se em símbolos do compromisso do governo com o mercado. Por isso, essas mesmas reformas têm sido encaminhadas às custas de alianças com as oligarquias, promovendo nomeações fisiológicas e liberação de verbas para “convencimento” de parlamentares. O mais grave: o governo vem lançando uma inaudita onda repressiva contra os movimentos sociais, atingindo até mesmo parlamentares. De fato, o aparato policial-militar tem sido sistematicamente chamado para constranger as manifestações sociais, inclusive, no interior do Parlamento.

Na prática, a estagnação econômica e a financeirização impulsionada pelos fundos de pensão direcionaram a economia para a especulação via *commodities* (para obter divisas para o pagamento das obrigações externas), em detrimento do setor produtivo, fazendo o desemprego chegar a patamares semelhantes aos da crise da dívida de 1982, agravando, conseqüentemente, a crise social. Amplia-se, assim, o protagonismo de lutas sociais como as do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), bem como as de metalúrgicos do setor automobilístico e, mais recentemente, de bancários e petroleiros. As greves dos trabalhadores do serviço público estiveram inscritas nesse escopo de enfrentamento às políticas neoliberais, tendo um importante papel educativo para os trabalhadores do país, visto que incidem sobre questões cruciais como o futuro do serviço público e dos direitos fundamentais da cidadania.

Considerando as conjunturas política, social e econômica dos últimos tempos, a chapa **ADUR: *Autonomia e Luta*** entende que cabe aos sindicatos e aos demais movimentos sociais organizados perseverarem resistindo e lutando contra os ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos.

Devemos continuar a defender um país mais justo, lutando pelo fim da vergonhosa exclusão social que vemos em nosso cotidiano. Para isso, é necessário priorizar a mobilização do Movimento Docente contra as políticas neoliberais, que visam o desmonte dos serviços públicos e o não cumprimento de direitos constitucionais, como saúde e educação, gratuitos e para todos.

Por isso, a chapa **ADUR: *Autonomia e Luta*** se compromete manter-se firme na luta por melhores condições de trabalho e por um ensino público, gratuito, de qualidade, laico, crítico e libertador.

**Presidente:** Lenir Lemos Furtado Aguiar (IB)

**1º Vice-Presidente:** Lenício Gonçalves –(IB)

**2º Vice-Presidente:** Célia Regina Otranto (IE)

**1º Secretário:** Adivaldo Henrique da Fonseca (IV)

**2º Secretário:** Dari Cesarin Sobrinho (ICE)

**1º Tesoureiro:** Francisco de Assis da Silva (ICE)

**2º Tesoureiro:** Delson Lima Filho (IT)



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.